



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA**

REBECA LUCIA XAVIER

**EDUCAÇÃO FÍSICA NO NOVO ENSINO MÉDIO:
Uma análise sobre as publicações do CONBRACE 2019 e 2021**

**RECIFE
2022**

REBECA LUCIA XAVIER

EDUCAÇÃO FÍSICA NO NOVO ENSINO MÉDIO:

Uma análise sobre as publicações do CONBRACE 2019 e 2021

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito para obtenção parcial do grau de Licenciada em Educação Física.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Maria Helena Câmara Lira.

RECIFE
2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Sistema Integrado de Bibliotecas
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Xavier, Rebeca X3e Xavier, Rebeca Lucia
EDUCAÇÃO FÍSICA NO NOVO ENSINO MÉDIO: Uma análise sobre as publicações do CONBRACE 2019 e 2021 /
Rebeca Lucia Xavier. - 2022.
35 f. : il.

Orientadora: Maria Helena Camara Lira.
Inclui referências.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Licenciatura em Educação Física, Recife, 2022.

1. Novo Ensino Médio . 2. Educação Física. 3. Escola. 4. Reforma do Ensino Médio . 5. Formação. I. Lira, Maria Helena Camara, orient. II. Título

CDD 613.7

REBECA LUCIA XAVIER

EDUCAÇÃO FÍSICA NO NOVO ENSINO MÉDIO:

Uma análise sobre as publicações do CONBRACE 2019 e 2021

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito para obtenção parcial do grau de Licenciada em Educação Física.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Maria Helena Câmara Lira

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª Maria Helena Câmara Lira (Orientadora)

Prof^ª Andrea Carla de Paiva (1^º Examinadora)

Prof^ª Ana Flávia Araújo Pinho (2^º Examinadora)

Dedico este trabalho às mulheres da minha vida: minha mãe Ana Lucia da Silva
Xavier e minha avó Maria José da Silva.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a minha avó, Maria José da Silva, por sempre acreditar em mim, por todo esforço e dedicação para me fazer ir além. Sem a senhora nada disso seria possível. Agradeço também pelo forte amor que sinto pela minha mãe, Ana Lúcia da Silva Xavier, esse amor que me faz sentir capaz de conquistar o mundo. Agradeço também à minha amiga, Thaís Sérvio, por todo companheirismo e compreensão ao longo dessa árdua jornada. Gratidão ao meu namorado, Thiago Dias, por todo amor, paciência e incentivo em todas as áreas da minha vida.

Agradeço à oportunidade por ter cursado minha graduação em uma universidade pública e pela contribuição de todas as professoras e professores que participaram da minha trajetória acadêmica, em especial a minha orientadora, Maria Helena Câmara Lira, por me ajudar a concluir esta etapa tão importante.

RESUMO

A Educação Física tem como área de conhecimento a cultura corporal (jogo, esporte, ginástica, dança e luta) e o trato pedagógico desses conhecimentos, na escola, são de grande importância para a formação humana. Durante sua trajetória como componente curricular, a Educação Física assumiu discursos que perpassam o higienismo, militarismo e performance esportiva. A partir da década de 1980, ela inicia uma roupagem mais progressista, fruto do momento social e histórico de redemocratização que passava o país e das contribuições acadêmicas que se iniciavam na área. Atualmente, apesar do enriquecimento em relação ao seu papel e do embasamento das suas práticas pedagógicas, a Educação Física Escolar tem sua legitimidade e autonomia no currículo escolar questionada, seu campo de atuação ainda é conflituoso, tanto referente ao cunho pedagógico quanto a sua natureza ideológica. O ensino médio é uma etapa importante em que os/as estudantes concluem sua trajetória na educação básica. Palco de constantes mudanças e da dicotomia entre o ensino propedêutico e o ensino técnico profissional, essa etapa é tema de grandes discussões. Recentemente o ensino médio passou por uma nova reestruturação por meio da Reforma do Ensino Médio, e o componente curricular Educação Física sofreu significativas mudanças. De acordo com os pontos que foram expostos até aqui, definimos como objetivo geral deste estudo analisar o debate realizado nas publicações do CONBRACE (2019 e 2021) que tratam sobre a Educação Física Escolar, através de uma pesquisa bibliográfica. Identificamos nas publicações que existem consensos referente às preocupações acerca da configuração do componente curricular Educação Física na Reforma do Ensino Médio.

Palavras-chave: Novo Ensino Médio; Educação física; Escola; Reforma do ensino Médio; Formação.

ABSTRACT

Physical Education has as knowledge area the body culture (game, sport, gymnastics, dance and fight). The pedagogical treatment of this knowledge at school is of great importance for human formation. During its trajectory as a curricular component, Physical Education assumed discourses that permeate hygienism, militarism, and sports performance. From the 1980s onwards, it began to look more progressive due to the social and historical moment of re-democratization that the country was going through. In this context, academic contributions began in the area. Currently, despite the enrichment concerning its role and the foundation of its pedagogical practices, School Physical Education has its legitimacy and autonomy in the school curriculum questioned. Its field of action is still conflicting regarding its pedagogical and ideological nature. High school is an important stage in which students complete their trajectory in basic education.

This step is the subject of great discussions, a stage of constant changes, and the dichotomy between propaedeutic education and professional technical education. High school recently underwent a new restructuring through the High School Reform, and the Physical Education curricular component underwent significant changes. According to the points we have exposed so far, we defined the general objective of this study to analyze the debate held in the CONBRACE publications (2019 and 2021) that deal with School Physical Education through bibliographic research. We identified in the publications that there are consensus regarding concerns about the configuration of the Physical Education curriculum component in the High School Reform.

Keywords: High school reform; Physical education; New HighSchool; Formation.

LISTA DE ABREVIATURAS/SIGLAS

Pronatec	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
CBCE	Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte
CONBRACE	Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte
CONICE	Congresso Internacional de Ciências do Esporte (Conice)
LDB	Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB)
BNCC	Base Nacional Comum Curricular (BNCC)
FGB	Formação Geral Básica (FGB),
IF	Itinerários Formativos (IF)
MEC	Ministério da Educação (MEC)
SEE PE	Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco (SEE PE).
GT	Grupos de Trabalhos Temáticos (GTT)
CONFED	Conselho Federal de Educação Física (CONFED).

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. REFLEXÕES SOBRE ESCOLA, EDUCAÇÃO FÍSICA E ENSINO MÉDIO	11
2.1 A EDUCAÇÃO FÍSICA E SEU LUGAR NA ESCOLA	13
2.2 COMPREENDENDO O NOVO ENSINO MÉDIO	15
3. CAMINHO METODOLÓGICO	18
3.1 APRESENTAÇÃO DOS OBJETIVOS	19
5. PRÉ-ANÁLISE DO MATERIAL	20
6. EXPLORAÇÃO DO MATERIAL	21
7. RESULTADOS E DISCUSSÃO	22
8. CONCLUSÃO	25
9. REFERÊNCIAS	27

1. INTRODUÇÃO

O interesse em compreender a nova configuração do componente curricular Educação Física, a partir da reforma do *Novo Ensino Médio*, vem da experiência que tive durante a disciplina de *Estágio Supervisionado Obrigatório IV*, na Escola Técnica Estadual Dom Bosco.

Estudei todo o ensino fundamental e médio em escolas públicas da Região Metropolitana do Recife. Cursei o ensino fundamental em uma escola municipal, os dois primeiros anos do ensino médio em uma escola de referência e concluí o terceiro ano exatamente na Escola Técnica Estadual Dom Bosco, em 2012. Posteriormente, em 2014, iniciei um curso técnico em enfermagem como bolsista pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), enquanto, paralelamente, trabalhava como operadora de telemarketing em uma empresa privada. Concluí o curso técnico em enfermagem em 2016 e, em 2017.2 ingressei no curso de Licenciatura em Educação Física na Universidade Federal Rural de Pernambuco.

A Escola Dom Bosco, atualmente, é em tempo integral, os/as estudantes permanecem das 07h30 às 17h, com atividades dos cursos técnicos de publicidade e marketing, além das demandas curriculares do próprio ensino médio. Por se tratar da última etapa da educação básica, o ensino médio é a consolidação do currículo escolar. Trata-se de um momento importante com a preparação para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) ou o ingresso direto no mercado de trabalho. Logo, é um momento de tensão e transição, o que exige do ensino médio um formato diferenciado e decisivo para os/as estudantes.

Durante o período do Estágio Supervisionado, tive a oportunidade de lecionar aulas para turmas do segundo ano do ensino médio, com os conteúdos do bimestre, dança e luta, tendo sido a dança o conteúdo que norteou minha participação mais efetivamente. Apesar de ter pautado as aulas vislumbrando a participação ativa dos/as estudantes em todo o processo, a adesão às atividades propostas não foi satisfatória. Também pude observar essa mesma problemática durante as aulas lecionadas pelos meus colegas para turmas do primeiro, segundo e terceiro ano (ensino médio) da mesma escola. Dessa experiência surge a inquietação de entender o papel do ensino médio na vida escolar e como a Educação Física pode se conectar de forma mais significativa a esse contexto. Todavia, como fazer isso à luz do Novo Ensino Médio, que dificulta ainda mais o espaço da Educação Física na escola?

Reconhecendo o quanto a escola é estruturante no processo de inclusão social, em seu âmbito cognitivo, afetivo, profissional, cultural, social e político fizemos a escolha de estudar a Educação Física Escolar, mais especificamente a relação desse componente curricular com o ensino médio frente às últimas mudanças na legislação, comumente chamada de Novo Ensino Médio.

Diante disso, é de fundamental importância que estudos sejam frequentemente realizados, a fim de compreender as reformas estabelecidas na educação básica e seus impactos na Educação Física Escolar. Desse modo, buscamos mapear e analisar o que a entidade científica brasileira mais respeitada na área da Educação Física, o Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE), através do Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte (CONBRACE), tem discutido a respeito da Reforma do Ensino Médio e seu impacto na Educação Física.

2. REFLEXÕES SOBRE ESCOLA, EDUCAÇÃO FÍSICA E ENSINO MÉDIO

De acordo com o art. 205 da constituição de 1988 (Brasil, 1988) o acesso à educação é um direito de todos e todas e dever do Estado. Contudo, é preciso problematizar que tipo de educação tem sido implementada nas escolas, sobretudo no ensino público, e, a partir disso, pensar sobre que tipo de sociedade se vislumbra, pois, a educação tem poder de reproduzir as desigualdades sociais, como também pode contribuir para que a classes populares tenham acesso ao conhecimento historicamente produzido pela humanidade, buscando construir uma sociedade mais justa e igualitária.

Acreditamos na importância de refletir sobre a função que a escola deve desempenhar nessa sociedade, os conhecimentos que versam o currículo e como esses conhecimentos tem contribuído ou não para a transformação de suas realidades. Tais reflexões devem estar presentes, norteando a seleção dos conteúdos do currículo escolar. Pois, de acordo com Young:

Se as escolas devem cumprir um papel importante em promover a igualdade social, elas precisam considerar seriamente a base de conhecimento do currículo, mesmo quando isso parecer ir contra as demandas dos alunos (e às vezes de seus pais). As escolas devem perguntar: “Este currículo é um meio para que os alunos possam adquirir conhecimento poderoso?”. Para crianças de lares desfavorecidos, a participação ativa na escola pode ser a única oportunidade de adquirirem conhecimento poderoso e serem capazes de caminhar, ao menos intelectualmente, para além de suas circunstâncias locais e particulares. (Michael Young, 2007, p. 1297)

Ainda de acordo com Michael Young (2007), o conhecimento escolar se difere do conhecimento adquirido pelo/a estudante fora da escola. Pois ele busca desenvolver uma base para generalizações, é o conhecimento que independe de contexto e comumente está, também, associado às ciências. É a esse conhecimento a que o autor se refere como poderoso e que deve ser específico da escola.

Sendo assim, a escola tem um conhecimento específico a ser trabalhado em seu interior. De acordo com Almeida Júnior e Oliveira:

A escola como espaço específico, separada de outras práticas sociais e portadoras de saberes objetivados; a constituição de saberes

escriturais formalizados, objetivados, concernentes tanto ao que é ensinado quanto à forma de ensinar; um processo de sistematização de ensino, permitindo a produção de efeitos de socialização duráveis ; a aprendizagem de formas de exercício de poder, a partir da mediação entre mestre e aprendiz por regras impessoais (Almeida Júnior e Oliveira, 2007, p.18).

Isso exige o envolvimento dos/as profissionais e pesquisadores/as em educação, além de responsabilidade dos encarregados pelas decisões políticas que implicam na seleção dos conhecimentos escolares, pois estes estão alinhados com os propósitos educacionais da sociedade. De acordo com o Coletivo de Autores(1992, p. 16):

A escola não desenvolve o conhecimento científico. Ela se apropria dele, dando-lhe um tratamento metodológico de modo a facilitar a sua apreensão pelo aluno. O que a escola desenvolve é a reflexão do aluno sobre esse conhecimento, sua capacidade intelectual. A amplitude e a qualidade dessa reflexão é determinada pela natureza do conhecimento selecionado e apresentado pela escola, bem como pela perspectiva epistemológica, filosófica e ideológica adotada.

Trazendo este debate para o âmbito da Educação Física, os registros oficiais sobre a prática desse componente curricular tem rupturas e continuidades históricas que ajudam a entender a área.

2.1 A EDUCAÇÃO FÍSICA E SEU LUGAR NA ESCOLA

Na história da educação brasileira, os registros oficiais sobre a Educação Física datam o Brasil Império, a exemplo da Reforma Couto Ferraz, em 1851, que recomenda a então propagada *Gymnástica* ao ensino primário. Rui Barbosa também foi um personagem entusiasta e propositivo da prática de exercícios físicos na escola, representando os ideários burgueses e propagando princípios sobre educação, escola e Educação Física com perspectivas de civilidade, consolidadas na Primeira República (SOARES, 2007).

Os estudos de Carmen Lúcia Soares (2007) sobre a Educação Física brasileira no período de 1850 a 1930, mostram exatamente essa transição de um modelo de Império para República com, dentre outras coisas, a evidência de uma nova ordem econômica (capitalista), social e cultural. A autora mostra como o ensino público e as escolas da elite foram forjadas nesse período, com modelos curriculares, a exemplo da Educação Física, atendendo à

manutenção da disciplina, do controle do tempo/espço, tudo isso voltado para uma educação moral e física.

A história da Educação Física brasileira demonstra, portanto, discursos e práticas atreladas ao higienismo, militarismos e performance esportiva alinhadas a projetos de governo conservadores e elitistas, os quais, por sua vez, apresentavam concepções de educação e de escola com princípios tradicionais e de manutenção da ordem (GHIRALDELLI, 1991).

Na década de 1980, fruto do novo momento histórico e social em que o país estava, novas vertentes começaram a surgir na Educação Física Escolar, tentando romper com o perfil tecnicista, biologicista e com o paradigma da aptidão física. Atualmente, existem, simultaneamente, elaborações sobre o que justifica a Educação Física dentro da formação humana e do currículo escolar para além de uma argumentação anátomo-fisiológica. Algumas concepções, inclusive, desembocaram em propostas pedagógicas, à exemplo da Educação Física Crítico-Superadora e da Educação Física do Currículo Cultural¹.

O novo momento da Educação Física evidenciou ainda mais as disputas na área, além de, também, efervescência dos debates pedagógicos e amadurecimento da comunidade acadêmico-científica, como demonstra a consolidação do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, que surgiu 1978 com a proposta de representar a educação física na comunidade acadêmica. Em 1979 surgiu o Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte (CONBRACE), que é realizado a cada dois anos, juntamente com o Congresso Internacional de Ciências do Esporte (Conice).²

O chamado Pensamento Pedagógico Renovador da Educação Física, vislumbrava “construir uma pedagogia que considerasse o homem em sua totalidade e ainda o educasse para engajar-se criticamente na dinâmica da prática social”², o que se aproxima de uma compreensão de Educação Física Escolar como ferramenta importante na construção de um cidadão crítico, consciente e ativo na sociedade.

Nessa perspectiva, o papel do/a professor/a de Educação Física é elaborar, implementar e avaliar programas de ensino que tematizam os conhecimentos da cultura corporal, com a intenção de influenciar na formação dos/as estudantes (BETTI, 2011).

¹ O livro Metodologia do Ensino da Educação Física, escrito pelo Coletivo de Autores, expõe e discute questões metodológicas da abordagem crítico-superadora. A abordagem do Currículo Cultural defende uma educação em que as pessoas comuns, os representantes do povo, possam ter seus conhecimentos validados e seus interesses contemplados (Neira e Nunes, 2011).

² MUNIZ et al, 1998, p 1

Desse modo é imprescindível que o/a professor/a tenha em mente seu papel e compreenda as implicações que o *Novo Ensino Médio* representa na formação dos/as estudantes. Pois, atualmente, apesar do enriquecimento em relação ao seu papel e do embasamento das suas práticas pedagógicas, a Educação Física Escolar tem sua legitimidade e autonomia no currículo escolar questionada, seu campo de atuação ainda é conflituoso, tanto referente ao cunho pedagógico quanto a sua natureza ideológica.

Nesse sentido, a defesa da Educação Física com uma prática pedagógica fundamentada leva à luta para a sua permanência nas escolas, de modo que favoreça uma formação integral e crítica. :

Por trabalharem com o homem através do seu corpo, estão trabalhando com a cultura impressa nesse corpo e expressa por ele. Portanto, mexer no corpo é mexer na sociedade da qual esse corpo faz parte. O profissional pode fazer isso de forma explícita, atento para as consequências do seu trabalho, ou de forma implícita e inconsequente. Parece-nos evidente tentarmos estar atentos e conscientes em relação ao papel do corpo na cultura (DAOLIO, 1995, p. 27)

As mudanças acarretadas na Educação Física a partir da reforma do *Novo Ensino Médio* podem representar um retrocesso e uma desvalorização de seu currículo e, principalmente, o comprometimento de uma educação integral e transformadora para as camadas mais populares.

2.2 COMPREENDENDO O NOVO ENSINO MÉDIO

O ensino médio é um momento importante da educação básica, nele é consolidado o conhecimento do ensino fundamental. Além disso, representa a conclusão de uma etapa educacional, em que os/as estudantes estão próximos de atingir a maioria e têm anseios característicos dessa fase como, ingressar na graduação, se inserir no mundo do trabalho, independência financeira, entre outros.

Historicamente, a educação básica sofreu diversas modificações, em especial no ensino médio. Palco de constantes discussões, os anos finais da educação básica se debruçam sobre a dicotomia entre o ensino propedêutico e o ensino técnico profissional. A educação física como componente curricular da educação básica, juntamente com os demais componentes curriculares, têm o dever de contribuir para a formação integral dos/as estudantes, pois, cabe à Educação Física trabalhar conhecimentos que possibilitem aos

estudantes interpretarem a sua realidade em diferentes aspectos: socioeconômicos, políticos, biológicos, estéticos, entre outros. Esses, contribuem para a formação humana e contemplam também o mundo do trabalho, mas não se esgotam nele (BOSCATTO E BAGNARA, 2022).

Em 1997 foi promulgado o decreto nº 2.208/1997 que determinava a separação obrigatória do Ensino Médio de formação geral e a educação profissional e técnica de nível médio (Brasil, 1997), que posteriormente foi substituído pelo decreto nº 5.154/2004 que possibilita a articulação do ensino médio com a educação profissional técnica de nível médio, de maneira integrada (Brasil, 2004). Recentemente, o ensino médio sofreu mais uma reestruturação: O Novo Ensino Médio!

A reforma que se firmou no chamado *Novo Ensino Médio* iniciou um processo de consolidação em 2016, todavia, os debates sobre o assunto antecedem este ano. O que marcou 2016, no governo de Michel Temer (agosto 2016 - janeiro 2019), foi uma estratégia apressada, sem participação popular ou de movimentos sociais, na forma de medida provisória e aprovada pela Lei Federal de nº 13 415 de 2017.

O *Novo Ensino Médio* implementou mudanças estruturais na educação, com a justificativa de que o modelo de ensino vigente não se adequava às necessidades e anseios dos/as estudantes do ensino médio, além de contar com uma alta taxa de evasão escolar, o que fomentaria a carência urgente de uma reformulação no formato de ensino público e privado.

Tal reforma, desde seu início, tem sido amplamente criticada tanto pela maneira que foi implementada, a partir da chegada, de forma duvidosa, de Michel Temer à presidência, quanto pelas mudanças que a mesma impôs.

A Reforma do Ensino Médio veio para atender aos propósitos mercadológicos em relação à formação do/a trabalhador/a contemporâneo. Consequentemente, os componentes curriculares passaram a ter uma nova configuração, com expectativas relacionadas ao perfil que se espera desse/a trabalhador/a, por parte da iniciativa privada. Que, por sua vez, anseia que os/as jovens cheguem ao mercado de trabalho com uma formação com menos espaço para a autonomia intelectual e para o pensamento crítico, em contrapartida, mais espaço para a formação técnica e profissional.

Dito isto, a mudança no currículo ocasionada pelo *Novo Ensino Médio*, em decorrência das exigências do mercado de trabalho, pode trazer para o ambiente escolar problemas como um ensino exacerbadamente voltado ao conhecimento técnico, a exemplo

dos componentes curriculares perderam o seu status obrigatório. A Educação Física é um desses componentes desprestigiado.

De acordo com a alteração da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB) proposta pela lei 13.415/2017, a formação técnica e profissional pode ser ofertada por entidades não estatais, além disso, os componentes curriculares podem ser ofertados por instituições de ensino à distância com notório reconhecimento. Com isso, profissionais com notório saber, reconhecidos pelos respectivos sistemas de ensino, podem ministrar conteúdos de áreas afins à sua formação em unidades educacionais públicas ou privadas. Essas mudanças abrem espaço para que empresas privadas atuem em parcerias com instituições de ensino públicas. Além disso, possibilita que a Educação Física volte a ser uma disciplina exclusivamente prática, sem que o conhecimento seja tratado de maneira pedagógica ou dotado de intencionalidade para além da prática pela prática.

A aprovação da lei 13.415/2017 (BRASIL, 2017) e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do *Novo Ensino Médio* ocorreu de maneira autoritária e isso desencadeou a insatisfação popular, que demonstrou sua discordância através da ocupação de escolas, protestos e de outras mobilizações por parte de estudantes, professores e sindicatos. Por outro lado, a grande mídia e setores ligados à iniciativa privada manifestaram apoio ao que estava sendo proposto pela Reforma.

O *Novo Ensino Médio* conta com duas partes: a Formação Geral Básica (FGB), que é comum a todos os estudantes, e os Itinerários Formativos (IF), que é onde os estudantes deverão optar pela área em que desejam se aprofundar.

A parte correspondente a FGB será de, no máximo, 1.800h e será composta por 4 áreas: linguagens e suas tecnologias (artes, educação física, língua inglesa e língua portuguesa), matemática e suas tecnologias, ciências da natureza e suas tecnologias (biologia, física e química) e ciências humanas e sociais aplicadas (filosofia, história, geografia e sociologia).

A parte correspondente aos IF será de 1.200h e será composto por 5 áreas de conhecimento: linguagens e suas tecnologias, matemática e suas tecnologias, ciências da natureza e suas tecnologias, ciências humanas e sociais aplicadas e formação técnica e profissional.

A formação técnica e profissional pretende fomentar nos estudantes o desenvolvimento de habilidades e competências voltadas ao mundo do trabalho. A presença da formação técnica e profissional nas escolas do estaduais nos fazem refletir no tocante à infraestrutura das escolas, que muitas vezes não dão suporte a formação básica dos

estudantes. Agora, precisarão dar conta de mais uma demanda, que é a formação técnica e profissional, essa mudança sem planejamento e investimento contribui para a precária formação profissional. Além disso, fomenta um ambiente escolar voltado ao saber fazer, capacitando precariamente estudantes que, ao fim do ensino médio, servirão de mão de obra barata para o mercado.

De acordo com o Currículo de Pernambuco (PERNAMBUCO 2021), a carga horária destinada ao ensino médio terá a seguinte composição: No primeiro ano serão 800h destinadas a Formação Geral Básica e 200h destinadas aos Itinerários Formativos; No segundo ano 600h serão destinadas a Formação Geral Básica e 400h aos Itinerários Formativos e no terceiro ano 400h serão destinadas a Formação Geral Básica e 600h destinadas aos Itinerários Formativos.

De acordo com a portaria nº 1.432/2018 estabelecida pelo Ministério da Educação (MEC) estabelece que os Itinerários Formativos devem ser estruturados por um ou mais eixos: Investigação Científica, Processos Criativos, Mediação e Intervenção Sociocultural e Empreendedorismo.

I - investigação científica: supõe o aprofundamento de conceitos fundantes das ciências para a interpretação de ideias, fenômenos e processos para serem utilizados em procedimentos de investigação voltados ao enfrentamento de situações cotidianas e demandas locais e coletivas, e a proposição de intervenções que considerem o desenvolvimento local e a melhoria da qualidade de vida da comunidade; II - processos criativos: supõe o uso e o aprofundamento do conhecimento científico na construção e criação de experimentos, modelos, protótipos para a criação de processos ou produtos que atendam a demandas pela resolução de problemas identificados na sociedade; III - mediação e intervenção sociocultural: supõe a mobilização de conhecimentos de uma ou mais áreas para mediar conflitos, promover entendimento e implementar soluções para questões e problemas identificados na comunidade; IV - empreendedorismo: supõe a mobilização de conhecimentos de diferentes áreas para a formação de organizações com variadas missões voltadas ao desenvolvimento de produtos ou prestação de serviços inovadores com o uso das tecnologias. (Resolução CNE/CEB nº 3/2018, Art. 12, § 2º

De acordo com o Currículo de Pernambuco (PERNAMBUCO 2021) dentro da carga horária destinada aos Itinerários Formativos estão as Unidades Curriculares, que são divididas entre obrigatórias, Optativas, Eletivas e Projeto de Vida.

As Unidades Obrigatórias são as que os/as estudantes irão se aprofundar dentro da área temática escolhida por eles. Elas são obrigatórias para os/as estudantes que escolheram cursar determinada trilha.

As Unidades Optativas deverão compor junto com as obrigatórias o percurso formativo escolhido pelo estudante. Elas serão escolhidas pela escola em um catálogo disponibilizado pela Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco (SEE PE).

Já as Unidades Curriculares Eletivas não têm relação com a área temática escolhida pelo estudante, serão propostas pela escola de acordo com a formação dos/as professores/as e interesse dos estudantes. Elas pretendem contribuir para ampliar o universo de conhecimento dos/as estudantes. A Unidade Curricular de Projeto de Vida pretende despertar nos/as estudantes a reflexão sobre seu futuro pessoal e profissional.

De acordo com o que foi exposto, podemos perceber que a mudança na estrutura do Currículo gera uma falsa sensação de escolha por parte dos estudantes em relação ao seu futuro, principalmente quando pensamos nos/as estudantes da rede pública de ensino, que em algumas cidades, contam com apenas uma escola estadual. Grande parte do Itinerário Formativo é composto de acordo com as escolhas e possibilidades da Secretária de Educação e Esportes de Pernambuco e das escolas, sendo assim as escolhas dos estudantes ficam em terceiro plano. Isso se desconsiderarmos as questões sociais e econômicas que envolvem o deslocamento dos adolescentes em busca da escola que ofereça formação na área que o/a estudante pretende se aprofundar.

Como a área de Educação Física tem interpretado a reforma do ensino médio? Quais elaborações acadêmico-científicas foram feitas sobre este assunto e estão publicadas no congresso da principal entidade científica da área?

Para dialogar com essas perguntas, trilhamos o caminho pedagógico descrito a seguir.

3. CAMINHO METODOLÓGICO

O percurso metodológico desta monografia enaltece as seguintes questões: Quais discussões a respeito da Educação Física Escolar e Ensino Médio estão permeando as produções científicas nesta área? Quais publicações sobre Ensino Médio estão presentes no Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte (CONBRACE)? O *Novo Ensino Médio* está sendo debatido no Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE), principal entidade científica da área ?

Definimos as edições do CONBRACE 2019 e 2021, como amostra para realizar este estudo, sistematizando as publicações encontradas sobre o tema, organizando informações em quadros e realizando uma análise dos textos, identificando as aproximações e os distanciamentos argumentativos das publicações que tratam sobre Educação Física e Ensino Médio.

Logo, se trata de um estudo de natureza qualitativa, onde realizamos uma pesquisa bibliográfica/documental, com o intuito de fazer um apanhado sobre o tema (ensino médio) nas publicações das duas últimas edições do CONBRACE. De acordo com Lima e Miotto (2007), na pesquisa bibliográfica a leitura representa a principal técnica e é através dela que se pode identificar as informações e os dados contidos no material selecionado, bem como verificar as relações existentes entre eles de modo a analisar a sua consistência.

Além disso, a leitura bibliográfica proporciona um amplo alcance de informações auxiliando também na construção ou melhor definição do quadro conceitual que envolve o objeto de estudo proposto (GIL, 1994).

3.1 APRESENTAÇÃO DOS OBJETIVOS

De acordo com os pontos que foram expostos até aqui, definimos como **objetivo geral** deste estudo **identificar e analisar as publicações presentes nos anais do CONBRACE (2019 e 2021), que tratam sobre a Educação Física e a Reforma do Ensino Médio de 2016.**

Sobre os **objetivos específicos** destacamos:

- entender e explicar a importância do componente curricular Educação Física dentro da escola e sua presença no ensino médio;

- mapear, sistematizar e analisar as publicações no CONBRACE 2019 e 2021 sobre Educação Física e a Reforma do Ensino Médio de 2016;
- estudar, interpretar e explicar os argumentos defendidos nas publicações no que tange aos possíveis consensos e conflitos sobre a última Reforma do Ensino Médio.

5. PRÉ-ANÁLISE DO MATERIAL

Os documentos coletados se encontram no Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, contudo, as publicações foram analisadas nos CONBRACE dos anos de 2019 e 2021. Não analisamos as publicações do Conbrace do ano de 2017 pois foi o ano da aprovação da lei 13.415/2017.

O CBCE é composto por 14 Grupos de Trabalhos Temáticos (GTT) em trabalhos são produzidos e sistematizados em cada uma das áreas: GTT 01- Atividade Física e Saúde, GTT 02- Comunicação e Mídia, GTT 03-Corpo e Cultura, GTT 04- Epistemologia, GTT 5- Escola, GTT 06- Formação Profissional e Mundo do Trabalho; GTT 07- Gênero; GTT 08- Inclusão e Diferença; GTT 09- Lazer e Sociedade; GTT 10- Memórias da educação Física e Esporte, GTT 11- Movimentos Sociais, GTT 12- Políticas Públicas, GTT 13- Relações Étnico-Raciais, GTT 14- Treinamento Esportivo.

Inicialmente, foram mapeados eletronicamente por meio do site do CBCE na seção de Anais (Conbrace e Conice), as publicações em todos os Grupos de Trabalhos Temáticos (GTT), de 2019 e 2021, com títulos que tratam da temática Novo Ensino Médio e Reforma do Ensino Médio. Tais publicações foram pré-analisadas e sistematizadas em um quadro com informações gerais como: GTT, nome dos/as autores/as, instituição a qual o/a pesquisador/a é lotado, ano de publicação e título do trabalho. Com a análise dos 14 GTTs existentes, nos anais de 2019 e 2021, localizamos apenas 5 publicações que tratam da Reforma do Ensino Médio e Novo Ensino Médio, que foram as palavras chave que utilizei na busca.

Como consta abaixo:

QUADRO 1: Apresentação de informações sobre as 5 publicações encontradas no CONBRACE 2019 e 2021				
nº publicação	GTT/ANO	AUTORES/AS	INSTITUIÇÃO	TÍTULO
1	GTT 12 POLÍTICAS PÚBLICAS (2019)	Bruno César Rodrigues da Silva e Livia Tenorio Brasileiro	Secretaria de Educação de Pernambuco (SEE) e Universidade de Pernambuco (UPE)	NOVO ENSINO MÉDIO: O QUE HÁ DE “NOVO”?
2	GTT 05 ESCOLA (2019)	Alexsander Luiz Braga Santa Brigida, Débora Pantoja dos Santos e Marcos Renan Freitas de Oliveira.	Universidade do Estado do Pará (UEPA)	CRÍTICA À REFORMA DO ENSINO MÉDIO E SUAS IMPLICAÇÕES PARA O COMPONENTE CURRICULAR EDUCAÇÃO FÍSICA

3	GTT 05 ESCOLA (2021)	Bruno César Rodrigues da Silva e Livia Tenorio Brasileiro.	Secretaria de Educação Pernambuco (SEE-PE) Universidade de Pernambuco (UPE)	A EDUCAÇÃO FÍSICA NO NOVO ENSINO MÉDIO: DIFICULDADES E POSSIBILIDADES DE CONSOLIDAÇÃO NAS ESCOLAS DE REFERÊNCIA DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
4	GTT 05 ESCOLA (2019)	Simone Santos Kuhn e Vicente Molina Neto	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	A EDUCAÇÃO FÍSICA NO CONTEXTO DA REFORMA DO ENSINO MÉDIO: UM ESTUDO DE CASO
5	GTT 06 FORMAÇÃO PROFISSIONAL E MUNDO DO TRABALHO (2021)	Rogério Tauã Mello Machado e Pedro Victor Freire dos Santos.	Universidade Federal Fluminense (UFF) e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	A CONTRARREFORMA DO ENSINO MÉDIO E AS NOVAS DCNEF: A DISPUTA ENTRE DIFERENTES HEGEMONIAS

6. EXPLORAÇÃO DO MATERIAL

Em seguida, as publicações foram analisadas e organizadas em um novo quadro, constando também fragmentos dos principais argumentos defendidos, que foram extraídos dos textos, após a exploração dos respectivos trabalhos.

QUADRO 2: Alguns argumentos apresentados nas publicações				
n° publicação	GTT/ANO	AUTORES/AS INSTITUIÇÃO	TÍTULO	ARGUMENTOS
1	GTT 12 POLÍTICAS PÚBLICAS (2019)	Bruno César Rodrigues da Silva (Secretaria de Educação de Pernambuco) e Lívia Tenorio Brasileiro (Universidade de Pernambuco)	NOVO ENSINO MÉDIO: O QUE HÁ DE “NOVO”?	A Reforma do ensino Médio ter surgido por meio de uma Medida Provisória; As históricas dificuldades financeiras que os estados têm para gerir a educação básica; Formação de estudantes pautada nas demandas do mercado e não na formação humana; Necessidade de uma reforma que contemple além das questões curriculares, sendo fundamental a mudança na concepção que os governantes têm em relação à educação.
2	GTT 05 ESCOLA (2019)	Alexsander Luiz Braga Santa Brígida, Débora Pantoja dos Santos e Marcos Renan Freitas de Oliveira (Universidade do Estado do Pará)	CRÍTICA À REFORMA DO ENSINO MÉDIO E SUAS IMPLICAÇÕES PARA O COMPONENTE CURRICULAR DA EDUCAÇÃO FÍSICA	O rebaixamento que componente curricular educação física a estudos e práticas; redução de autonomia dos jovens; Diminuição do investimento em infraestrutura para espaços destinados às práticas corporais; Empobrecimento de conhecimentos; Redução de espaços de atuação dos professores de Educação Física, o que afeta tanto os profissionais em formação quanto os que já atuam na área.
3	GTT 05 ESCOLA (2021)	Bruno César Rodrigues da Silva (Secretaria de Educação de Pernambuco) e Lívia Tenorio Brasileiro (Universidade de Pernambuco)	A EDUCAÇÃO FÍSICA NO NOVO ENSINO MÉDIO: DIFICULDADES E POSSIBILIDADES DE CONSOLIDAÇÃO NAS ESCOLAS DE REFERÊNCIA DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO ESTADO DE PERNAMBUCO	A forma autoritária que se deu a reforma, sem participação de professores e estudantes; em decorrência do argumento supracitado, a falta de apropriação e esclarecimento por parte dos professores; empobrecimento de conhecimentos no currículo; impacto negativo na atuação dos professores.
4	GTT 05 ESCOLA (2019)	Simone Santos Kuhn e Vicente Molina Neto (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)	A EDUCAÇÃO FÍSICA NO CONTEXTO DA REFORMA DO ENSINO MÉDIO: UM ESTUDO DE CASO	De acordo com as considerações transitórias, a escola se apresenta como palco de disputas, e paralelamente, precisa dar conta de necessidades que são complexas.

5	GTT 06 FORMAÇÃO PROFISSIONAL E MUNDO DO TRABALHO (2021)	Rogério Tauã Mello Machado (Universidade Federal Fluminense) e Pedro Victor Freire dos Santos (Universidade Federal do Rio de Janeiro).	A CONTRARREFORMA DO ENSINO MÉDIO E AS NOVAS DCNEF: A DISPUTA ENTRE DIFERENTES HEGEMONIAS	A Educação Física se mostra como um campo de disputa de duas diferentes hegemonias; retirada da Educação Física no primeiro momento e o retorno como estudos e práticas; impacto na formação dos estudantes; empobrecimento de conhecimentos e precarização do trabalho do professor.
---	---	---	--	---

7. RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com o que foi proposto neste trabalho de monografia, que trata de analisar o debate realizado nas publicações do CONBRACE 2019 e 2021, acerca do tema Educação Física e o *Novo Ensino Médio*, identificando que há uma declarada preocupação com a reforma por parte de pesquisadores/as da área, demonstrando inquietações sobre o futuro da Educação Física na educação básica, apresentado, inclusive, argumentos que demonstram mais consensos que conflitos nas publicações.

A primeira publicação analisada, com o título “Novo Ensino Médio: o que há de novo?” Foi extraída da dissertação de mestrado intitulada “A educação física no novo ensino médio: dificuldades e possibilidades de consolidação nas escolas de referência da rede pública do estado de Pernambuco”, de autoria de Bruno César Rodrigues da Silva e Livia Tenorio Brasileiro.

O estudo debate sobre as principais mudanças trazidas pela Reforma do Ensino Médio, além dos pontos controversos. Dentre os pontos controversos, o autor salienta uma questão muito pertinente: as dificuldades financeiras que são enfrentadas historicamente pelos estados para gerir a educação básica. Diante dessa questão, podemos inferir uma impossibilidade de adequação às novas demandas geradas pela Reforma, como o aumento da carga horária e permanência dos estudantes nas escolas, sem garantir de fato, um aumento qualitativo na formação desses jovens. Pois, o foco das mudanças gira em torno de cumprir as demandas do mercado, sem muita preocupação com a formação humana.

De acordo com esta publicação é necessário que aconteça uma mudança na maneira em que os governantes percebem o papel da educação, e, ao invés de mudar o currículo, devem mudar as condições de estrutura das escolas, a remuneração dos/as professores/as, melhores condições de trabalho, formação continuada e assistência aos estudantes. Só assim, pode-se esperar algo de “Novo” na educação brasileira.

A segunda publicação, com o título “Crítica à Reforma do Ensino Médio e suas implicações para o componente curricular Educação Física”, de autoria de Alexander Luiz Braga Santa Brígida, Débora Pantoja dos Santos e Marcos Renan Freitas de Oliveira analisa a medida provisória 746, a lei 13.415/2017 e o posicionamento de duas entidades: Colégio

Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE) e o Conselho Federal de Educação Física (CONFEF).

De acordo com os/as autores/as, a maneira que a lei foi sancionada é questionável devido à falta de diálogo com a sociedade e a falta de evidências que dessem base para o formato da Reforma. Na Medida Provisória, a Educação Física perde a sua presença obrigatória no currículo dos/as estudantes, podendo o/a estudante optar por incluí-la ou não na sua matriz optativa, assim como os componentes Sociologia, Filosofia e Arte.

Diante da insatisfação popular e das diversas manifestações contra, inclusive do CBCE e do CONFEF, na aprovação da lei 13.415/2017 há um recuo e os componentes voltam a ser parte obrigatória do currículo, mas sua presença não é obrigatória nos três anos do Ensino Médio. A Educação Física passa a ser trabalhada como estudos e práticas. Isso representa um rebaixamento da disciplina e resulta em um empobrecimento nas possibilidades de prática pedagógica e aprendizagem dos/as estudantes.

Além do que já foi aqui exposto, o trabalho fala das implicações que a Reforma do Ensino Médio traz para os/as professores/as em atuação e para aqueles/as que ainda entraram na rede, no que concerne à redução da carga horária, diminuindo o espaço de atuação.

Conclui-se que a Reforma do Ensino Médio não promove transformações necessárias e positivas no Ensino Médio, pelo contrário, contribui para uma formação incompleta dos/as estudantes reforçando as desigualdades. Por fim, reconhece-se a necessidade de uma reestruturação, porém, é fundamental que os/as estudantes, professores/as e a sociedade de modo geral seja ouvida. A reestruturação do Ensino Médio não deve ser pautada unicamente nas demandas do mercado e sim na formação humana de modo integral.

A terceira publicação analisada investigou as dificuldades e possibilidades para o ensino da Educação Física no processo de consolidação do *Novo Ensino Médio*, nas Escolas de Referência em Ensino Médio do estado de Pernambuco. Assim como o texto 2, os/as autores/as Bruno César Rodrigues da Silva e Livia Tenorio Brasileiro criticam a forma como a Reforma do Ensino Médio foi conduzida, sem a participação da sociedade e por meio de uma Medida Provisória. Esse fato contribuiu para a falta de apropriação por parte dos/as professores/as em relação ao novo currículo.

Porém, apesar disso, os/as professores/as conseguem perceber o empobrecimento de conteúdo a partir da mudança radical imposta pelo *Novo Ensino Médio*. Ademais, o texto indica um retrocesso devido à valorização de conhecimentos técnicos que se instalou nas instituições públicas. Por isso, assim como os textos anteriores, a publicação acredita que este novo currículo não propicia melhorias para a educação básica, pelo contrário, contribui para o

aumento das desigualdades de tratamento dos componentes curriculares, o que tem impacto na formação dos estudantes e na atuação pedagógica da Educação Física nas escolas do estado de Pernambuco.

A quarta publicação “A Educação Física no contexto da Reforma do Ensino Médio: um estudo de caso”, publicada por Simone Santos Kuhn e Vicente Molina Neto, não se aprofunda nas implicações causadas pela Reforma do Ensino Médio, se trata de um trabalho descritivo das normas que alteraram o currículo no Ensino Médio. O estudo descreve algumas alterações que a escola em questão precisou fazer para se adequar às mudanças propostas. Por fim, fala da necessidade do ambiente escolar se adequar às transformações da sociedade.

A quinta publicação analisada “A contrarreforma do Ensino Médio e as novas DCNEF: a disputa entre diferentes hegemonias”, os autores Rogério Tauã Mello Machado e Pedro Victor Freire dos Santos, se propõe a identificar as disputas existentes na área da Educação Física a partir da Reforma do Ensino Médio.

O trabalho analisa os movimentos históricos, sociais e políticos e a relação deles com as mudanças no currículo escolar. Além de como essas transformações interferem na prática pedagógica e no conhecimento que os/as estudantes terão acesso na escola. O trabalho corrobora com as três primeiras publicações avaliadas, trazendo os pontos negativos implicados pela Reforma do Ensino Médio.

Tratam, ainda, sobre a nuance mercadológica, pois os empresários, a fim de manter a hegemonia da classe dominante contribuindo para o empobrecimento de conhecimentos do currículo escolar, pressionam tomadas de decisão que os favorecem, gerando o perfil de trabalhador/a que supra suas demandas. Além disso, a Reforma do Ensino Médio favorece a precarização do trabalho do/a professor/a, destaca o texto, já que com a diminuição da carga horária deste componente, é provável que ele/a tenha que se deslocar para outras escolas para completar sua jornada de trabalho. Tais reformas contribuem para que, aos poucos, a EF seja suprimida da escola, tornando-se um mero produto a ser comercializado.

Os resultados conquistados após as análises dos textos demonstram que os argumentos apresentados nas publicações são convergentes em relação às mudanças proporcionadas pela Reforma do Ensino Médio e seus impactos na Educação Física escolar. Existe um reconhecimento por parte dos/as autores/as referente às disputas de poder e das questões políticas que exerceram pressão para que as mudanças no ensino médio ocorressem. As publicações 2, 3 e 5 apontam para a precarização do trabalho dos docentes e o empobrecimento de conhecimentos, o que reflete diretamente na prática pedagógica e na aprendizagem dos/as estudantes.

Além disso, as publicações 1, 2, 3 e 5 evidenciam a maneira abrupta que o *Novo Ensino Médio* foi aprovado, sem manter o diálogo com a sociedade como vinha acontecendo antes de 2016.

Apesar da Reforma do Ensino Médio ser um tema de bastante controvérsia na sociedade, encontramos poucos trabalhos sobre a temática. Sendo 3 publicações encontradas no GTT- 05 Escola, 1 no GTT 12- Políticas Públicas e 1 no GTT Formação Profissional e Mundo do Trabalho.

8. CONCLUSÃO

Este trabalho teve como propósito analisar as publicações do Conbrace 2019 e 2021 sobre a Educação Física no *Novo Ensino Médio*, tendo como compreensão que analisar os rumos da educação básica brasileira, considerando os aspectos históricos, sociais e políticos, é imprescindível para enriquecer a discussão sobre qual o papel da Educação Física Escolar e o quanto importante são suas contribuições para a formação humana. A permanência da Educação Física no currículo do ensino médio deve ser fruto da mobilização da sociedade e da luta das classes populares pelo direito à educação pública de qualidade.

É notável a preocupação em relação às mudanças no currículo e no trato da cultura corporal, proporcionadas pela Reforma do Ensino Médio, por parte dos/as autores/as das publicações no Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte (CONBRACE) e Congresso Internacional de Ciências do Esporte (CONICE), de 2019 e 2021, que é promovido pela principal entidade científica da área da Educação Física, o Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE).

Em 4 das 5 publicações analisadas, existe um consenso a respeito do retrocesso que a Reforma do Ensino Médio representa para a educação brasileira e do empobrecimento de conhecimentos para os estudantes, sobretudo da rede pública de ensino. Para além disso, existe um reconhecimento da necessidade de uma reestruturação na educação básica, porém, essa reestruturação deve possibilitar um avanço qualitativo no processo de ensino e aprendizagem, a fim de contribuir para a formação integral dos/as estudantes.

Concordo com os/as autores/as referente à carência de uma reestruturação do sistema educacional que contemple as necessidades dos estudantes, professores/as e gestores/as de educação. Que garanta à escola os conhecimentos que são específicos a ela, conhecimento este capaz de contribuir para a formação de um cidadão crítico e consciente, capaz de interpretar os dados da realidade, favorecendo a emancipação do sujeito. Além de espaços físicos adequados, recursos materiais para a prática pedagógica e, contrariamente ao que se estabeleceu com a Reforma do ensino médio, assistência aos estudantes e melhores condições de trabalho para os/as professores/as.

Por fim, saliento que concluir o curso diante da retomada das aulas presenciais, em um cenário de pós-pandemia, representou um desafio devido a limitação de tempo propiciado pelo calendário acadêmico. Apesar disso, destaco que às vésperas da minha formação como professora, este trabalho contribuiu bastante para ampliar meus conhecimentos sobre como se

deu a Reforma do Ensino Médio e quais são suas implicações para a atuação dos/as professores/as de Educação Física.

9. REFERÊNCIAS

BETTI, Mauro; FERRAZ, Osvaldo Luiz; DANTAS, Luiz Eduardo Pinto Basto Tourinho. Educação física escolar: estado da arte e direções futuras. **Revista brasileira de educação física e esporte**, v. 25, p. 105-115, 2011.

BOSCATTO, Juliano Daniel; BAGNARA, Ivan Carlos. Educação Física no Ensino Médio Integrado: conhecimento e especificidade. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 44, 2022.

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União. 1996

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997**. Regulamenta o §2.º do artigo 36 e os artigos 39 a 42 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF: Presidência da República, 1997.

BRASIL. Decreto nº 5.154 , de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 2004.

BRASIL, **Emenda Constitucional Nº 95, de 15 de dezembro de 2016**, Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Diário Oficial da União. 2016

BRASIL. **Lei nº 13.415/2017, de 16 de fevereiro de 2017**, Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei no 236,

de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei no 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2017.

BRASIL, Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 3, de 21 de novembro de 2018**. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Diário Oficial da União, 2018.

BRIGIDA, Alexsander Luiz Braga Santa; DOS SANTOS, Débora Pantoja; DE OLIVEIRA, Marcos Renan Freitas: **CRÍTICA À REFORMA DO ENSINO MÉDIO E SUAS IMPLICAÇÕES PARA O COMPONENTE CURRICULAR EDUCAÇÃO FÍSICA**. In: XXII Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte e IX Congresso Internacional de Ciências do Esporte. 2019.

COLETIVO DE AUTORES: SOARES, C. L.; TAFFAREL, C. N. Z.; VARJAL, E.; CASTELLANI FILHO, L.; ESCOBAR, M. O.; BRACHT, V. **Metodologia do ensino de Educação Física**. São Paulo: Cortez, p. 14, 1992.

DAOLIO, Jocimar. Os significados do corpo na cultura e as implicações para a educação física. **Movimento**. Porto Alegre. vol. 2, n. 2 (jun. 1995), p. 24-28, 1995.

DARIDO, Suraya Cristina. Educação Física na escola: questões e reflexões. Topázio, 1999.

DA SILVA, Bruno César Rodrigues; BRASILEIRO, Livia Tenorio: **A EDUCAÇÃO FÍSICA NO NOVO ENSINO MÉDIO: DIFICULDADES E POSSIBILIDADES DE CONSOLIDAÇÃO NAS ESCOLAS DE REFERÊNCIA DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**. In: XXII Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte e IX Congresso Internacional de Ciências do Esporte. 2021.

DA SILVA, Bruno César Rodrigues; BRASILEIRO, Livia Tenorio: **NOVO ENSINO MÉDIO: O QUE HÁ DE “NOVO”?**. In: XXII Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte e IX Congresso Internacional de Ciências do Esporte. 2019.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1994.

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. **Educação Física Progressista: a pedagogia crítico-social dos conteúdos e a educação física brasileira**. São Paulos: Loyola, 1991.

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES. **Currículo de Pernambuco Ensino Médio. Pernambuco**, 2021.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamaso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista katálysis**, v. 10, p. 37-45, 2007.

KUHN, Simone Santos; NETO, Vicente Molina: A EDUCAÇÃO FÍSICA NO CONTEXTO DA REFORMA DO ENSINO MÉDIO: UM ESTUDO DE CASO. In: XXII Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte e IX Congresso Internacional de Ciências do Esporte. 2019.

MACHADO, Rogério Tauã Mello; DOS SANTOS, Pedro Victor Freire. A CONTRARREFORMA DO ENSINO MÉDIO E AS NOVAS DCNEF: A DISPUTA ENTRE DIFERENTES HEGEMONIAS. In: XXII Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte e IX Congresso Internacional de Ciências do Esporte. 2021.

MUNIZ, Neyse Luz; RESENDE, Helder Guerra de; SOARES, Antônio Jorge Gonçalves. Influências do pensamento pedagógico renovador da educação física: sonho ou realidade. **Artus–Revista de Educação Física e Desportos**, v. 18, n. 1, p. 11-26, 1998.

SOARES, Carmem Lúcia. **Educação física: raízes europeias e Brasil**. – 4.. Ed. – Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

YOUNG, Michael. Para que servem as escolas?. **Educação & sociedade**, v. 28, p. 1287-1302, 2007.